

TÍTULO DO TRABALHO			
MAIS-VALOR EXTRA ENQUANTO TRANSFERÊNCIA DE VALOR: PISTAS PARA COMPREENDER O (SUB)IMPERIALISMO			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Leonardo de Magalhães Leite	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professor Assistente / Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A chamada troca desigual é um pressuposto fundamental para a teoria marxista da dependência. Um dos mecanismos sob o qual ela se efetiva é a apropriação de mais-valor extra, resultado da concorrência entre capitais produtores de mesmo valor de uso. Na atual renovação do debate no Brasil, coexistem duas posições divergentes e mutuamente excludentes que expressam, cada uma a seu modo, as formas sob a qual ocorre essa modalidade de troca desigual. Esperamos contribuir com esse debate defendendo o argumento de que o mais-valor extra só pode ser resultado da transferência de valor. Apontaremos ainda as condições para que essa transferência se efetive na concorrência entre capitais operando em distintos lugares e, com isso, implique uma relação de imperialismo ou dependência. Por fim, discutiremos como o (sub)imperialismo pode ser um resultado da transferência internacional e intrasetorial de valor.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Mais-valor extra; transferência de valor; teoria marxista da dependência			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The so-called unequal exchange is a fundamental hypothesis of the Marxist theory of dependence. The appropriation of additional surplus-value, resulting from the competition among capitals producers of the same use-value, is a particular mechanism that can realize the unequal exchange. In the current actualization of the debate about dependence in Brazil, there are two distinct and mutually exclusive positions that explains the ways in which occurs this kind of unequal exchange. We hope to contribute with this controversy defending the argument that the additional surplus-value only can be an outcome from the value transfer. Moreover, we will highlight the necessary conditions so that this transfer works at the competition among capitals operating in distinct places and, further, leads to an imperialist or a dependency relation. Finally, we will argue how the (sub)imperialism can be understood as from the international and intra-branch value transfer.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Additional surplus-value; value transfer; Marxist theory of dependence			
EIXO TEMÁTICO			
Mercado mundial, imperialismo e luta de classes			

1. Introdução

O (sub)imperialismo, como grafado no título deste artigo, recebeu os parênteses provocativamente. A natureza subalterna, subordinada, das economias dependentes faz com que as relações imperialistas desenvolvidas entre elas sejam caracterizadas como subimperialistas. Trata-se, evidentemente, de uma categoria que só pode ser mapeada a partir da dependência. Tomando-se a totalidade do mundo capitalista – cujas relações de intercâmbio se desenrolam no mercado mundial capitalista – define-se, em primeiro lugar, o imperialismo como a relação social que molda a polarização global que o contrapõe à dependência. Nesta particularidade – a dependência –, pode-se perceber uma subpolarização forjada pelo subimperialismo. Portanto, imperialismo e subimperialismo constituem determinadas relações sociais de tal forma que ensejam polarizações entre dois conjuntos de partícipes: aqueles inseridos no mercado mundial capitalista e, circunscrito a este, no polo dependente. Neste sentido, por implicarem em idênticas manifestações concretas – a polarização –, ambas relações devem possuir as mesmas determinações essenciais. É simplesmente por esse motivo que o título deste trabalho remete ao (sub)imperialismo: uma tentativa de refletir, em uma mesma expressão, a unidade essencial entre imperialismo e subimperialismo.

Chamamos de determinação essencial do (sub)imperialismo o processo sistemático de transferência de riquezas de um lugar a outro do planeta. Se a polarização global é um fato, uma verdade, do modo capitalista com o qual nossa sociedade se organiza, sua perenidade só pode ser sustentada por um processo dinâmico de reforço do *status quo*, um processo em que a riqueza subtraída de um polo alimenta o outro. Não parece haver – e é importante frisar desde agora – um fatalismo que condena, a priori, qualquer partícipe do mercado mundial capitalista a permanecer *ad aeternum* circunscrito a seu polo de origem. Ou seja, a transferência de riquezas age continuamente na direção de manter a polarização tal qual ela se encontra, mas isso não impede que hajam forças a atuar na direção contrária. A história nos mostra que a força mantenedora do *status quo* se sobrepuja, em geral, à contra tendência.

A transferência de riquezas no capitalismo é transferência de valores. O famoso primeiro parágrafo d'O Capital, Livro I, expressa claramente: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (Marx, 2013). Como a mercadoria é a unidade dialética entre valor de uso e valor, a riqueza sob a forma mercantil, típica do capitalismo, também se constitui nesse par dialético. Portanto, sob o modo capitalista de organização da sociedade, riqueza é valor.

A transferência de valor na teoria de Marx tem dois sentidos. O primeiro é a noção de que os elementos materiais que formam o capital constante transferem valor à mercadoria. Para que a força

de trabalho consiga reproduzir seu próprio valor e incorporar um valor excedente à mercadoria, ela necessita de meios para efetivar a produção. Com a transformação material operada pela força de trabalho, o valor dos meios de produção reaparece integralmente no valor da mercadoria. Ao longo dos três livros, Marx refere-se várias vezes à transferência de valor utilizando esse sentido. Obviamente que o processo de transferência de riqueza a que estamos nos referindo enquanto determinação essencial da polarização global não guarda relação com a transferência de valor nesse primeiro sentido, isto é, dentro de um mesmo capital.

Para nos aproximarmos da transferência de riqueza precisamos usar o segundo sentido da transferência de valor: aquela que se efetiva entre distintos capitais. Aqui, há que se ressaltar que o capitalismo não é apenas um modo de produção de riquezas, mas também, e sobretudo, um modo de apropriação. A lógica de um não coincide com a lógica do outro e é exatamente essa não coincidência que garante a existência da transferência de riquezas e da polarização global. O Capital, como uma obra dedicada ao estudo do capitalismo, precisa reconstituir teoricamente o *modus operandi* daquilo que se quer investigar. Callinicos (2014) foi bastante preciso ao afirmar que o capitalismo e seu reflexo teórico – O Capital – se articulam em torno de duas relações fundamentais: a que opõe o trabalho assalariado ao capital e a que opõe os diversos capitais entre si. Enquanto a primeira tem como momento principal a exploração e a *produção* do mais-valor, a segunda compreende a esfera da concorrência e a *apropriação* do mais-valor. Esta divisão permite visualizar que na relação com a classe social produtora do mais-valor os diversos capitais agem como um só, afinal importa-lhes apenas extrair o máximo possível de mais-trabalho. A partir do momento em que a massa global de mais-valor está constituída, os capitais repartem-no de acordo com a força de cada um na concorrência, determinada, em última instância, pela produtividade.

A distinção dialética entre produção e apropriação de valores se efetiva nas duas relações fundamentais. O mais-valor só é *apropriado* gratuitamente pelo capital pois precisou ser *produzido* pela classe trabalhadora sem que esta recebesse uma contrapartida. Pelo fato de ser obrigada a vender sua força de trabalho no mercado, a classe trabalhadora é obrigada a ceder, transferir, parte do valor total produzido por ela. Temos aqui um tipo de transferência de valor que se trata de uma transferência interna a uma relação individual entre um determinado capitalista e um determinado conjunto de trabalhadores. Subsumida à relação capital-trabalho assalariado, a transferência de valor só é capaz de explicar *uma parte* da transferência global de riquezas. Isto ocorre, neste âmbito, quando o processo de trabalho e de valorização ocorre em um lugar geograficamente distinto do lugar de origem do proprietário do capital. Aqui, parte do mais-valor produzido em um lugar e realizado é remetido a outros lugares na forma de lucros ou dividendos.

A *outra parte* da transferência global de riquezas pode ser explicada pela distinção dialética entre *produção* e *apropriação* de valores na segunda relação fundamental, aquela da concorrência

entre capitais. Aqui se situa o chamado problema da troca desigual, onde a transferência de valores ocorre através da interação dos diversos capitais na esfera da concorrência. Podemos distinguir esse problema em três níveis de abstração, conforme exposto por M. Carcanholo (2013) e de acordo com a teoria do valor de Marx: (i) a diferença entre valor individual (VI) e valor social (VS); (ii) a diferença entre valor social e preço de produção (PP); (iii) a diferença entre preço de produção e preço de mercado (PM). Em termos sintéticos, a figura abaixo ilustra estes três movimentos.

Figura 1: Níveis de abstração da distinção produção-apropriação: transformação de valores individuais em valores sociais, preços de produção e preços de mercado



Fonte: Elaboração dos autores

Partindo dessa esquematização, fica mais fácil perceber os três níveis em torno dos quais gravita o problema da troca desigual. Nosso objetivo, neste artigo, é fundamentar o processo de transformação de valores individuais em valores sociais e mostrar como a possibilidade de transferência de valor se efetiva na produção de uma mercadoria homogênea, isto é, dentro de um determinado ramo de produção. O problema a se resolver aqui é o seguinte: capitais mais produtivos se apropriam de um valor a mais, o mais-valor extra, pois (i) produzem um valor maior que os demais ou (ii) produzem um valor menor que os demais? A resposta para esse problema exige demonstrar a existência do mais-valor extraordinário e as formas com que essa magnitude de valor é transferida espacialmente¹.

No restante do artigo construiremos nosso argumento em duas grandes seções invertendo o caminho percorrido nessa introdução. Na segunda seção iremos direto ao capítulo chave sobre o assunto, o Capítulo 10 do Livro I d'O Capital, onde tentaremos mostrar que o aumento de produtividade reduz, necessariamente, o valor individual e, através da concorrência, o capital mais produtivo recebe via transferência de valor o mais-valor extra. Discutiremos os fundamentos lógicos para a concepção de transferência de valor, isto é, iremos voltar ao pressuposto fundamental

¹ A análise dos outros dois níveis de abstração da troca desigual foge ao escopo de nosso trabalho. A segunda dimensão – da transformação de valores (sociais) em preços de produção – é aquela onde se situou a polêmica de Mandel (1985) contra Emmanuel (1969), por exemplo. A questão aqui é se se formam (ou não) preços de produção internacionais através dos quais podemos fazer a comparação com os valores sociais de cada ramo ou país. Embora a abordagem de Emmanuel tenha problemas no encaminhamento da questão, ele assume a formação de preços de produção internacionais; diferentemente de Mandel, para o qual não ocorre esse processo. De uma forma ou de outra, se existe alguma mobilidade de capital podemos assumir alguma diferença entre valores (sociais) e preços de produção, o que garante a existência da troca desigual de valores nesta dimensão. Por fim, a análise mais concreta efetuada por Marx diz respeito à diferenciação entre preços de produção e preços de mercado que se manifesta através, por exemplo, do poder de monopólio.

que é a forma como ocorre a abstração do trabalho humano. Tentaremos perceber, nessa seção, qual a relação entre trabalho concreto, trabalho abstrato, valor individual e valor social. Na terceira e última seção estabeleceremos o vínculo entre a transferência de valor no nível da concorrência intrasetorial com a teoria marxista da dependência, especialmente no que tange ao (sub)imperialismo. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais.

2. Produtividade, concorrência e mais-valor extra²

2.1. Contextualização: o debate sobre o mais-valor extra e transferência de valor

A concorrência entre capitais possui várias consequências para a teoria do valor de Marx de forma que ele precisa recorrer a ela em vários momentos do Livro I d'O Capital. Mesmo assim, há um momento na obra onde a análise da concorrência é fundamental para o argumento que se quer expor, que é a produção do mais-valor relativo. Ao longo de sua exposição, Marx abstrai da diferença entre valores e preços e, portanto, supõe que as mercadorias são intercambiadas pelos valores. Apenas na seção do mais-valor relativo que se faz necessário qualificar melhor essa abstração tomando valores como valores sociais e diferenciando-os de valores individuais.

Como o valor é determinado quantitativamente pelo quantum de trabalho abstrato contido em determinada mercadoria (Marx, 2013, p. 116-9), a existência de valores individuais e sociais está necessariamente vinculada com o fato de que produtores diferentes de uma mesma mercadoria podem cristalizar quantidades diferentes de trabalho abstrato de acordo com distintos níveis de produtividade. Um suposto problema deste argumento – e sobre o qual pretendemos trabalhar neste texto – é que a produtividade refere-se ao aspecto técnico-material da produção e, portanto, seguindo a sugestão de Rubin (1987, p. 156), é uma dimensão concreta do trabalho humano. Temos um aparente paradoxo: se a produtividade é um aspecto do trabalho concreto e, ao mesmo tempo, cria grandezas individuais de valores que se diferenciam uns em relação aos outros, o trabalho abstrato deixa de ter importância em relação à determinação quantitativa dos valores individuais?

Esta questão é motivo de divergência entre estudiosos do marxismo. No Brasil, por exemplo, existem duas posições claramente opostas sobre esse ponto. De um lado, Borges Neto (2011) sustenta que os trabalhos executados sob condições técnicas superiores criam valores individuais superiores aos valores sociais em função de uma maior complexificação do trabalho que, nos termos do autor, “‘potenciam’ a capacidade do trabalho de criar valor” (p. 90). Essa tese

² O argumento dessa seção corresponde a uma parte ligeiramente modificada de artigo apresentado no XX Encontro Nacional de Economia Política. Algumas questões levantadas ali foram fundamentais para o desenvolvimento do argumento. Agradecemos aos participantes da mesa, ressaltando que imprecisões e omissões que porventura ocorram neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor.

está embasada na opinião de que “a determinação social do *quantum* de trabalho abstrato se faz no mercado” (p. 88). Portanto, como os trabalhadores empregados pelos capitais mais produtivos produzem mais valor no mesmo tempo vis-à-vis os demais trabalhadores do mesmo ramo, o mais-valor extra não é oriundo de transferência de valor mas, ao contrário, é o resultado de uma *produção* maior de valor.

A posição oposta pode ser encontrada em R. Carcanholo (2013). Para ele – e esta é a causa, em nossa opinião, da divergência teórica – a grandeza de valor produzida em determinada jornada de trabalho não se altera de acordo com variações na produtividade. O que acontece é que a quantidade de valores de uso produzidas por jornada se diferencia se ocorre variação na produtividade e, em função disso, os capitais mais produtivos produzem mais mercadorias no mesmo tempo concreto de trabalho fazendo com que a grandeza de valor contida em cada mercadoria isolada diminua. Ou seja, uma mesma hora de trabalho – supondo intensidade constante – cristaliza, sempre e independentemente das condições de produtividade, a mesma quantidade de trabalho abstrato. Como, sob o ponto de vista da mercadoria isolada, o valor produzido diminuiu, o mais-valor extra só pode ser o resultado de uma apropriação superior de valor, ou seja, de uma transferência de valor cuja fonte desse valor a mais são os capitais menos produtivos.

Cipolla (2003) faz uma síntese desse debate e também se posiciona favoravelmente à tese da transferência de valor. Ele complementa o argumento de R. Carcanholo (2013) ao demonstrar que em situações onde a necessidade social se distancia da quantidade de mercadorias que entram na circulação tende a ocorrer “transferências parciais de valor” (p. 103). Ademais, cumpre ressaltar que o autor faz uma revisão da literatura internacional e constata: “parece não haver dúvida de que boa parte dos marxistas estaria disposta a interpretar a mais valia extraordinária enquanto transferência de valor”³ (p. 89).

2.2. Mais-valor extra enquanto transferência de valor: uma interpretação do Capítulo 10 do Livro I d’O Capital

O Livro I d’O Capital só é plenamente compreensível se levarmos em conta o nível de abstração em que a exposição de Marx é conduzida. Nesse sentido, o Capítulo 10 tem uma importância especial para a obra na medida em que rompe com uma suposição que vinha sendo seguida até então, qual seja, a de que a produção de mercadorias era efetivada sob base técnica

³ Conforme Cipolla (2003), autores que argumentam nessa linha são, entre outros, Carchedi (1990) e Itoh (1980). Nos parece que o próprio Marini (1979, p. 9) defende essa posição: “En el juego entre los capitales individuales y entre las ramas entre sí, así como entre los sectores de la producción, el aumento de la productividad y la baja de costos provoca *transferencias de plusvalía* y alteraciones en las relaciones básicas de distribución precisamente porque se derivan de *modificaciones en la proporción de valor producida y apropiada* por dichas ramas y capitales que no se corresponden con modificaciones en la *masa global de valor* producida en la economía en su conjunto”.

constante, imutável. Ao romper com essa hipótese Marx introduz na análise a possibilidade de que a produção de uma dada mercadoria seja feita com diferentes níveis de produtividade dependendo das condições técnicas com as quais o processo de trabalho é executado.

O objetivo desse rebaixamento do nível de abstração é permitir que haja a expansão do mais-valor mediante a redução do valor da força de trabalho e não apenas, como era considerado anteriormente, através do aumento da intensidade do trabalho – via prolongamento da jornada de trabalho ou não. A questão, portanto, que se apresenta para Marx é desvendar o mecanismo da lógica capitalista que permite a produção do chamado mais-valor relativo.

Supondo, como o faz Marx, que a força de trabalho é remunerada pelo seu valor, isto é, que este é igual à parte variável do capital, e mantendo a jornada de trabalho intacta, a única forma de aumentar socialmente a extração de mais-trabalho é aumentar a produtividade nos setores ligados à produção de meios de subsistência para os trabalhadores. Com isso, reduz-se o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e, ao mesmo tempo, aumenta o tempo de trabalho excedente. Em termos de valor, equivale ao aumento do mais-valor apropriado pelo capital.

O determinante do mais-valor relativo, portanto, é a elevação da força produtiva do trabalho que, em Marx (2013), significa o seguinte:

“Por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso” (p. 389).

Se o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido e ele representa a grandeza de valor da mercadoria, segue que a elevação da força produtiva do trabalho tem como resultado inequívoco a diminuição do valor da mercadoria.

Com a produção de mais-valor relativo há uma redução global no valor da força de trabalho e, conseqüentemente, um aumento na taxa geral do mais-valor. Cumpre destacar, como faz Marx (2013, p. 390-391), que esse resultado social é não-teleológico pois resulta do agir de capitalistas individuais motivados por decisões exclusivamente privadas. Apesar dessa decisão ser aparentemente autônoma, o capitalista individual é coagido a agir dessa maneira sendo que a autoridade sobre ele reside no “movimento externo dos capitais” que se manifesta através das “leis compulsórias da concorrência”.

Embora o exemplo ilustrativo apresentado por Marx seja trivial, ele carrega uma passagem em especial – que apresentaremos adiante – que alimenta a polêmica sobre a origem do mais-valor extra (ou mais-valor adicional, de acordo com os termos da tradução de Rubens Enderle para a Boitempo Editorial). Por isso, tentaremos reproduzir o exemplo de Marx para captar seu argumento central e formar um juízo acerca daquela controvérsia.

Seguindo o exemplo numérico de Marx, consideremos que uma hora de trabalho equivale a $\frac{1}{2}$ xelim (doravante, para facilitar a exposição, substituiremos a antiga unidade monetária inglesa pelo símbolo do cifrão). Uma jornada de trabalho de 12 horas produz, portanto, um valor equivalente a \$6 dividido, por hipótese, em 12 unidades de um valor de uso qualquer. Cada unidade contém $\frac{1}{2}$ de valor novo produzido pela força de trabalho e, por hipótese, $\frac{1}{2}$ de meios de produção são transmitidos a cada peça. Portanto, cada peça custa \$1, o equivalente a 2 horas de trabalho social.

A introdução do progresso técnico faz com que, suponhamos, as mesmas 12 horas de trabalho produzam 24 unidades de valor de uso ao invés de 12. O valor novo adicionado pela força de trabalho continua sendo de \$6 em uma jornada já que o tempo de trabalho continua o mesmo. A diferença é que essa grandeza de valor se distribui agora em 24 peças, fazendo com que cada uma carregue $\frac{1}{4}$ de valor novo. Somado ao valor dos meios de produção de $\frac{1}{2}$ incorporado em cada peça, seu valor cai para $\frac{3}{4}$.

Se, conforme Marx (2013, p. 391) o aumento da força produtiva do trabalho não alterar as “condições sociais médias” de produção dessa mercadoria, o resultado é que “o valor individual dessa mercadoria se encontra, agora, abaixo de seu valor social” pois “custa menos trabalho”. Trata-se da primeira vez na obra onde Marx apresenta o “valor individual” distinguindo-o do “valor social”.

De acordo com o exemplo, o valor individual de $\frac{3}{4}$ representa 1,5 hora de trabalho social. Ou seja, cada mercadoria produzida sob condições técnicas superiores contém uma porção menor de trabalho social. Entretanto, como as condições médias de produção continuam intactas, o “valor efetivo” (p. 392) da mercadoria continua o mesmo, já que é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção e, portanto, equivale ao valor social.

Considerando que as mercadorias são vendidas pelos valores sociais (ou efetivos), o capitalista que utiliza menos trabalho do que a média em sua produção pode trocá-la por uma quantidade de valor (social) superior ao valor (individual) que lhe custou produzi-la. Dito de outra forma, ele passa a ter o direito de se apropriar de um quantum de trabalho abstrato superior ao que ele produziu. Se essa relação for lida em termos de valores, o capital mais produtivo (ou o capitalista inovador, nos termos de R. Carcanholo [2013]) pode se apropriar de mais-valor adicional.

Voltando ao exemplo, o capitalista inovador produziu cada peça por $\frac{3}{4}$ ou 1,5 hora de trabalho social e pode se apropriar de \$1 ou 2 horas de trabalho social. Como ele produziu mais valores de uso do que antes, o valor de troca da mercadoria deverá diminuir para concretizar a venda, caso a necessidade social por ela permaneça a mesma de antes. Nesse caso, em qualquer

situação em que o preço esteja acima do valor individual, o capitalista pode realizar mais-valor adicional e, portanto, aumentar sua taxa individual de mais-valor.

Isso fica claro, mais uma vez, recorrendo ao exemplo numérico de Marx. Se o capitalista cobrar um preço de \$ 10/12, maior que seu valor individual ($\$ \frac{3}{4}$) e menor que o valor social (\$ 1), o valor total realizado por ele pela produção de uma jornada de trabalho será de \$20 (ou $\$ \frac{10}{12} \times 24$ peças). Nosso entendimento é que parte considerável da polêmica sobre o mais-valor extra deve-se ao fato de que Marx sugere, a princípio, que esses \$20 representam um valor *produzido* pelo capital inovador e não simplesmente *apropriado*. As seguintes passagens ilustram esse ponto:

“O valor do produto da jornada de trabalho de 12 horas é 20 xelins”

“O trabalho excepcionalmente produtivo *atua como* trabalho potenciado ou cria, no mesmo tempo, valores maiores do que o trabalho social médio do mesmo tipo” (Marx, 2013, p. 392-393, grifos nossos).

Estas duas passagens, especialmente a segunda, são amplamente utilizadas pelos defensores da tese de que o mais-valor extra resulta do trabalho potenciado, como, por exemplo, Borges Neto (2013). Por outro lado, na interpretação da questão sob a ótica da transferência de valor, R. Carcanholo (2013) aponta para as palavras escolhidas por Marx: “*atua como*”. Marx não diz que o “trabalho excepcionalmente produtivo” é “trabalho potenciado”, mas “*atua como*”, ou seja, parece ser⁴. Isso significa que o autor foi cauteloso nesse momento do argumento. R. Carcanholo (2013) apresenta uma justificativa convincente para essa cautela: nessa altura da exposição, Marx ainda não analisou a possibilidade de incongruência quantitativa entre valor produzido e apropriado, que será feito apenas no Livro III:

“A diferença entre produção e apropriação só surgirá quando o autor chegar a discutir a transformação dos valores em preços de produção. Só depois disso é que terá condições de estudar a forma como a mais-valia será repartida entre os diferentes capitais, entre as suas diversas frações. Só então poderia discutir adequadamente o problema da mais-valia extra” (R. Carcanholo, 2013, p. 110)

De fato, é por isso que a abstração que percorre inteiramente os Livros I e II é que as mercadorias são vendidas pelos valores. Portanto, se o capitalista se apropria de \$20 e estamos respeitando o nível de abstração, este valor de \$20 deve ter sido produzido por ele mesmo. Não haveria outra explicação logicamente consistente até esse momento da obra. Como o tempo e a intensidade do trabalho são as mesmas, o aumento de valor realizado pelo capital inovador só pode ter sido decorrente de uma potencialização do trabalho, ou seja, a mesma hora de trabalho concreto se converte em uma quantidade maior de trabalho abstrato (R. Carcanholo, 2013).

Mesmo com a cautela adotada por Marx, a exposição do autor impõe uma mistificação sobre a realidade – supondo, obviamente, que a tese correta é a de transferência de valor. Ao mesmo

⁴ Na tradução de Reginaldo Sant’Anna para a edição da Civilização Brasileira (Marx, 2004), o termo em destaque é “*opera como*” (p. 369) que, evidentemente, tem o mesmo sentido.

tempo, a base real dessa mistificação é que o capitalista inovador realmente enxerga assim: mais-valor adicional apresenta-se a ele como fruto da maior complexidade do processo de trabalho:

“O trabalho mais produtivo *aparece* como se fosse potenciado ou como trabalho complexo. Mas essa aparência se esclareceria tão logo observássemos o conjunto do ramo considerado, e a maior apropriação surgiria, então, como resultado da transferência” (R. Carcanholo, 2013, p. 112).

Enfim, a interpretação do mais-valor adicional pela ótica do trabalho potenciado pode ser desmistificada com outros momentos da obra que sustentam, por exemplo, que o mesmo tempo de trabalho sob condições técnicas variáveis produz a mesma quantidade de valor⁵.

Do ponto de vista da ótica da apropriação de valor entre capital e trabalho, Marx indica, ainda no Capítulo 10, o seguinte:

“O capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção. Ele realiza individualmente o que o capital realiza em larga escala, na produção do mais-valor relativo” (Marx, 2013, p. 393).

Essa apropriação maior de valor pelo capitalista inovador origina-se em um valor produzido e não apropriado pelo capital menos produtivo. Nesse caso, como funciona o mecanismo da transferência de valor entre os capitais do mesmo ramo?

A solução, apontada por R. Carcanholo (2013, p. 104) de que o valor social é o resultado da “média aritmética ponderada” dos valores individuais nos parece *ad hoc*. Se essa hipótese é verdadeira os capitais produtores de valores individuais acima da média (menos produtivos) transferem parte do mais-valor aos capitais mais produtivos sob a forma de mais-valor extra. Entretanto, sob quais condições aquela hipótese é verdadeira? Precisamos demonstrar que, de fato, ela é verdadeira. É o que tentaremos mostrar na próxima subseção.

2.3. Fundamentos lógicos da distinção entre valor individual e valor social

Se, na produção de um valor de uso qualquer, cada capital isoladamente produz seu próprio valor individual, segue que podem existir tantos valores individuais quanto o número de capitais produtores daquela mercadoria. Mas quando todos esses capitais lançam suas mercadorias na esfera da circulação percebem que ela possui apenas um único valor de troca com a mercadoria-dinheiro e, portanto, como o valor de troca é a forma de manifestação do valor, aquela mercadoria possui apenas um valor com legitimidade social, isto é, apenas um valor social de determinada grandeza.

⁵ Fizemos um estudo detalhado destes momentos na Seção 4 de Leite (2015). Um exemplo pode ser encontrado na última seção do Livro I, onde, nas palavras de Marx (2013, p. 681, grifos nossos): “Se um fiandeiro inglês e um chinês, por exemplo, trabalhassem o mesmo número de horas com a mesma intensidade, ambos produziriam, numa semana, *valores iguais*. Apesar dessa igualdade, há uma enorme diferença entre o valor do produto semanal do inglês, que trabalha com uma poderosa máquina automática, e o do chinês, que dispõe apenas de uma roda de fiar.”

O valor social equivale à alíquota de trabalho social que cada capital tem direito a se apropriar. Por outro lado, o valor individual expressa o quantum de trabalho privado contido em uma determinada mercadoria com o qual cada capital contribui para o trabalho social total. Portanto, a possibilidade de que distintos capitais produtores do mesmo valor de uso produzam valores individuais diferentes implica que alguns (ou todos) *produzirão* valores de grandeza diferente daquela de que se *apropriarão*.

Apesar dessa distinção ser explicitada por Marx apenas no Capítulo 10 do Livro I, entendemos que os fundamentos para seu entendimento já são fornecidos ao longo de toda a obra, especialmente na seção Mercadoria e Dinheiro. No Capítulo 1, por exemplo, há uma passagem bastante elucidativa a esse respeito e que está inserida na seção do fetichismo da mercadoria no contexto da reificação das relações sociais entre os produtores:

“Os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados realizados independentemente uns dos outros. *O conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total*. Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados aparecem apenas no âmbito dessa *troca*. Ou, dito de outro modo, *os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho* e, por meio destes, também entre os produtores.” (Marx, 2013, p. 148, grifos nossos).

As duas passagens grifadas merecem nossa atenção. Em primeiro lugar, a expressão “o conjunto desses trabalhos privados constitui o trabalho social total” é uma pronta indicação de que independente da forma com a qual o trabalho privado é executado, ou seja, se com maior ou menor produtividade, ele constitui parte do trabalho social total. Por outro lado, o trabalho privado só atua como elo do trabalho social quando o produto daquele trabalho adentra a esfera da circulação de mercadorias. Portanto, o caráter social do trabalho privado se efetiva quando o produto do trabalho é efetivamente trocável, argumento que se torna mais claro quando Marx (2013, p. 148) afirma, adiante, que a partir do momento em que os produtos do trabalho sejam produzidos como “coisas úteis destinadas à troca”, “o caráter de valor das coisas passou a ser considerado no próprio ato de sua produção”. Portanto, o trabalho privado adquire um duplo caráter social: como trabalho útil e como trabalho permutável.

Ainda no nível de abstração elevado, insuficiente mas necessário para compreender a relação entre valor individual e valor social, Marx conclui esse argumento da seguinte forma:

“Portanto, os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem. Por isso, na testa do valor não está escrito o que ele é” (Marx, 2013, p. 149).

Conforme o exposto, o trabalho privado revela-se social na medida em que os produtos do trabalho são equiparados. Portanto, o trabalho privado é social (em potência) desde o ato de produção posto que o produto do trabalho não foi produzido para o consumo do próprio produtor.

Além disso, o caráter de valor não surge na troca, mas, ao contrário, em função da troca ele surge na produção. Rubin (1989, p. 158-159) faz uma sistematização elucidativa sobre esse ponto quando afirma que o trabalho privado e concreto só *manifesta* seu caráter social quando igualado a uma dada “quantidade de trabalho impessoal, homogêneo, abstrato, ‘trabalho em geral’”. Essa igualação precede a troca (mental e previsivelmente, ou seja, na cabeça do capitalista), embora se *efetive* no processo real de troca.

Como a grandeza de valor é determinada pelo quantum de trabalho abstrato, como ocorre essa abstração? O mesmo Rubin (1989, p. 159) indica que a abstração das propriedades concretas do trabalho ocorre “através de uma troca e igualação multilaterais de produtos das mais variadas formas de trabalho concretas”. A troca significa o vínculo entre as diversas formas concretas de trabalho e, portanto, promove sua abstração:

“Na teoria de Marx sobre o valor, a transformação do trabalho concreto em abstrato não é um ato teórico de abstração com a finalidade de encontrar uma unidade geral de medida. Esta transformação é um fato social real. A expressão teórica deste fato social, qual seja, a *igualação social* das diferentes formas de trabalho, e não sua *igualdade fisiológica*, constitui a categoria trabalho abstrato” (Rubin, 1989, p. 160).

Ainda segundo Rubin (1989, p. 81), na troca os trabalhos são igualados como “parcela do *trabalho total da sociedade*”. O trabalho que cria valor aparece “como ‘trabalho social’, entendido como a massa total de trabalho homogêneo, igual, de toda a sociedade”. Na economia mercantil a conversão do trabalho individual em social ocorre na troca, quando é igualado a outro trabalho e isso acontece pois “na troca os valores de uso concretos e as formas concretas de trabalho são inteiramente abstraídas”.

A abstração ocorre efetivamente na troca e, em função disso, o valor se torna real, isto é, se realiza. Apesar disso, como os produtos, no capitalismo, são produzidos para a troca, o caráter de trabalho abstrato já se manifesta, segundo Rubin (1989, p. 166-167), “no próprio processo de produção direta” e, portanto, também o produto deste trabalho tem o caráter de valor (ideal). No seguinte trecho fica bastante clara a interpretação de Rubin: “O trabalho do produtor de mercadorias é diretamente privado e concreto, mas adquire uma propriedade social complementar, ‘ideal’ ou ‘latente’, na forma de trabalho abstrato-geral e social”.

Marx (2013) faz uma indicação semelhante no Capítulo Três, quando trata do dinheiro como medida dos valores. Nesse contexto, o autor assume o ouro como dinheiro, ou seja, como “a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (p. 169). Considerando isso, diz Marx: “A fim de exercer praticamente o efeito de um valor de troca, a mercadoria tem de se despojar de seu corpo natural, *transformando-se de ouro apenas representado em ouro real*” (p. 177, grifos nossos). Transformar-se de ouro representado em ouro real indica, claramente, que na produção direta a mercadoria é valor representado que se realiza na troca.

Produtividade e valor

Com base no exposto, há uma relação inequívoca entre trabalho concreto e trabalho abstrato na teoria do valor de Marx. Este responde às determinações daquele como pode ser visto na seguinte citação que, embora longa, é valiosa:

“a força motriz que transforma todo o sistema de valor origina-se no processo técnico-material de produção. O aumento da produtividade do trabalho expressa-se numa diminuição da quantidade de trabalho concreto que é dispendida de fato, em média, na produção. Como resultado disto (devido ao duplo caráter do trabalho, como trabalho concreto e trabalho abstrato), a quantidade de trabalho considerado como ‘social’ ou ‘abstrato’, isto é, como parte do trabalho total, homogêneo, da sociedade, diminui. O aumento da produtividade do trabalho modifica a quantidade de trabalho abstrato necessária para a produção. Provoca uma modificação no valor dos produtos do trabalho. Uma modificação do valor dos produtos afeta, por sua vez, a distribuição do trabalho social entre os diversos ramos de produção” (Rubin, 1987, p. 82).

Antes de avançar nesse terreno do argumento, uma ressalva: no esforço por realçar o ponto central de seu argumento, Rubin exagera ao caracterizar o “processo técnico-material” como a origem da “força motriz que transforma todo o sistema de valor”⁶. Apesar disso o argumento é inteiramente compatível com a tese de transferência de valor e, ao que nos parece, com a teoria do valor de Marx. Vejamos.

Resultado de um aumento de produtividade, a mudança na quantidade de trabalho concreto dispendida de fato na produção possibilita ao capital introduzir uma quantidade maior de mercadorias na circulação. Mantendo tudo o mais constante, diminui a proporção com que este valor de uso específico pode ser trocado por outros, ou seja, há uma mudança não acidental no valor de troca que significa, no caso do intercâmbio por dinheiro, diminuição no preço de mercado da mercadoria. Insistamos nesse ponto: a mudança do valor de troca é uma *manifestação* de uma alteração no valor, no *quantum* de trabalho abstrato, que, por sua vez, é reflexo de uma alteração no processo concreto de trabalho. Dito de outro modo, há uma alteração na proporção em que o produto do trabalho privado se troca por trabalho homogêneo alterando-se a proporção em que o trabalho concreto se transforma em trabalho abstrato e, conseqüentemente, ocorre uma variação no valor. Em função disso – e essa é a ênfase de Rubin ao longo de toda a sua obra – tende a ocorrer uma redistribuição do trabalho social entre os diversos ramos de produção já que a maior produtividade torna esse produto mais barato podendo substituir outros valores de uso que se tornam obsoletos.

Adaptando o argumento de Rubin para um aumento de produtividade em um capital individual no interior de um determinado ramo de produção, podemos visualizar o processo sob o qual ocorre a apropriação de mais-valor extra. Um avanço das forças produtivas reduz a quantidade de trabalho concreto dispendido por esse capital, levando-o a aumentar a quantidade de valores de

⁶ Agradeço ao colega Maracajaro Mansor por ter me alertado sobre esse ponto.

uso produzidas por jornada de trabalho. Aumentam, portanto, a quantidade de mercadorias despejadas por esse ramo na esfera da circulação reduzindo a proporção em que estas mercadorias são trocadas por outras o que, tudo o mais constante, reduz seu preço de mercado. Conforme os termos de Cipolla (2003, p. 98, grifos nossos), “a diminuição do preço de mercado *revela* uma diminuição da quantidade de trabalho necessária para a produção da mercadoria”, ou seja, *revela* uma diminuição do *quantum* de trabalho abstrato que significa uma diminuição no valor (efetivo) da mercadoria movida por uma diminuição não proporcional no valor individual de um capital singular. Se a diminuição do valor individual promove uma redução do preço de mercado que *revela* a diminuição do valor social, a determinação quantitativa deste está vinculada com a determinação quantitativa do valor individual. Logo, há uma relação umbilical entre valor individual e valor social.

Considerando a existência de uma situação anterior ao aumento de produtividade onde havia equilíbrio entre a massa de produtos ofertados e a necessidade social por elas, a diminuição dos preços de mercado *reduz* a apropriação de valor pelos capitais que se mantiveram com o nível de produtividade antigo vis-à-vis a quantidade produzida por eles. E, desde que o novo preço de mercado se situe acima do valor individual dos capitais mais produtivos, *aumenta* a apropriação de valor por estes vis-à-vis a quantidade produzida. Para que este desnível entre produção e apropriação de valor no nível intrasetorial seja nomeado como transferência de valor, deve haver um elemento de mediação – o dinheiro – que não é explicitado nas abordagens de R. Carcanholo (2013) e Cipolla (2003).

A necessidade do dinheiro mundial

Como estamos considerando capitais produtores de um mesmo valor de uso, não há troca entre eles. Portanto, o valor que um perde não é direcionado diretamente para outro. Essa transferência só pode ser realizada indiretamente: devem haver agentes da troca dispostos a ceder a mesma quantidade de valor na forma de dinheiro. Se assim ocorrer, serão os possuidores de dinheiro que efetivarão a transferência do mais-valor extra: para o comprador das mercadorias, não interessa como elas foram produzidas, já que, como estamos supondo que a troca se desenvolve com valores sociais idênticos aos preços de mercado, o comprador troca valores de igual grandeza. Por outro lado, se todas as mercadorias são realizadas, esses compradores ajustam os balanços dos capitais individuais – isto é, garantem que os mais produtivos se apropriem de mais do que produziram e vice-versa – quando oferecem uma determinada quantidade de dinheiro, possuidora de uma determinada quantidade de trabalho abstrato equivalente ao valor social daquelas mercadorias e não equivalente ao valor individual.

Provavelmente, Carcanholo e Cipolla não explicitaram esse ponto por se tratar de uma obviedade. Entretanto, como nossos propósitos mais amplos são investigar a transferência de valor no mercado mundial, portanto entre capitais operando em distintos territórios nacionais, a mediação efetuada pelo dinheiro implica, para a análise teórica, uma novidade: tem que existir uma mercadoria portadora de tempo de trabalho socialmente necessário que execute a função de dinheiro mundial. Não se trata de um preciosismo pois, se não existir essa mercadoria, a transferência de valor entre capitais do mesmo ramo de produção não se efetivará⁷. Isso traz consequências profundas sobre, por exemplo, a teoria do (sub)imperialismo: a transferência internacional de valor depende da existência do dinheiro mundial.

Evidentemente não temos condições, neste artigo, de dar uma solução definitiva à essa questão. Entretanto, a defesa da transferência internacional de valor dentro de um ramo de produção requer que adotemos a hipótese de que o dinheiro mundial possui valor. Estamos de acordo com o argumento de Prado (2013), para o qual, no capitalismo contemporâneo, o dólar estadunidense é dinheiro fictício e assume o papel, ou funciona como, dinheiro mundial. Apesar de seu valor intrínseco ser uma proporção ínfima do valor que ele representa, sua existência como representante do dinheiro mundial vincula-se, obrigatoriamente, à uma mercadoria portadora de trabalho abstrato: o ouro. Nos termos de Eleutério Prado:

“Diante da evidência histórica, mantém-se aqui a tese de que o dinheiro, agora fictício, não poderia se sustentar no mundo atual se não tivesse uma relação de equivalência implícita com o ouro, o qual, aliás, continua tendo um papel importante nas reservas monetárias dos países centrais” (Prado, 2013, p. 140).

Sendo assim, pode haver apropriação de mais-valor extra entre capitais de distintas nacionalidades. O mecanismo de transferência de valor opera mais ou menos sob as mesmas circunstâncias de antes, com a diferença fundamental de que a esfera da circulação compreende o mercado mundial e o representante geral do trabalho homogêneo é o dólar.

A determinação quantitativa do valor social

Para finalizar essa seção, precisamos estabelecer algum senso sobre como os valores individuais determinam a grandeza quantitativa do valor social. Sabemos que a hipótese de R. Carcanholo (2013) é que o valor social resulta da média aritmética ponderada dos valores individuais; hipótese que, como exposto anteriormente, soou como *ad hoc*.

⁷ Além do dinheiro mundial, a transferência de valor entre capitais operando sob distintos territórios nacionais requer a solução de outra questão: a existência de uma intensidade média do trabalho mundial. Este ponto foi levantado por Marx no Capítulo 20 (Diversidade nacional dos salários) do Livro I e constitui parte de nossa agenda de pesquisa vinculada à tese de doutoramento.

Com base no que discutimos nessa seção, quando *um* capital diferencia seu valor individual dos demais, há uma modificação não acidental do valor de troca que expressa a alteração prévia do valor social. A alteração no valor de troca é proporcional à nova massa de valores de uso ofertadas pelo capital singular. Segue que, quanto mais rápido a inovação tecnológica se espalha entre os demais capitais, maior a velocidade com que cresce a oferta de valores de uso e, tudo o mais constante, mais rápido é a alteração no valor de troca expressando a diminuição acelerada do valor social. Quando *todos* os capitais do mesmo ramo produzirem sob as novas condições técnicas, os valores individuais serão todos iguais entre si e idênticos ao valor social. Portanto, (i) a dinâmica do valor social segue a direção dos valores individuais produzidos pelos capitais mais produtivos; (ii) e ele, quantitativamente, se aproxima do valor individual daqueles capitais que produzem sob as condições técnicas predominantes.

O raciocínio anterior sugere que o valor social é determinado quantitativamente como uma média aritmética ponderada pelo tamanho dos capitais individuais. O valor social segue as propriedades da média aritmética pois esta é um parâmetro estatístico que varia se qualquer uma das grandezas que compõem seu cálculo variarem e se aproxima da porção mais densa da distribuição. Entretanto, como as categorias marxianas são tendenciais, então a grandeza do valor social é *muito próxima* de uma média aritmética dos valores individuais ponderada pela quantidade de mercadorias produzida por capital. Temos que ter muita cautela nesse ponto pois a teoria de Marx se desenvolve sobre leis de tendência, refletindo aquilo que acontece na base concreta da economia capitalista que é dinâmica por natureza. Não é possível, portanto, inferir, em um dado instante do tempo, a média dos valores individuais, posto que a média se calcula sobre grandezas estáticas e – mesmo que assumíssemos, por simplicidade, alguma possibilidade de mensuração empírica deles – os valores são dinâmicos. Por isso, e pela forma como ele se manifesta tendencialmente, o valor social *parece* uma média, mas não é.

3. Transferência de valor e o (sub)imperialismo

3.1. Mapeando as relações entre imperialismo, dependência e subimperialismo

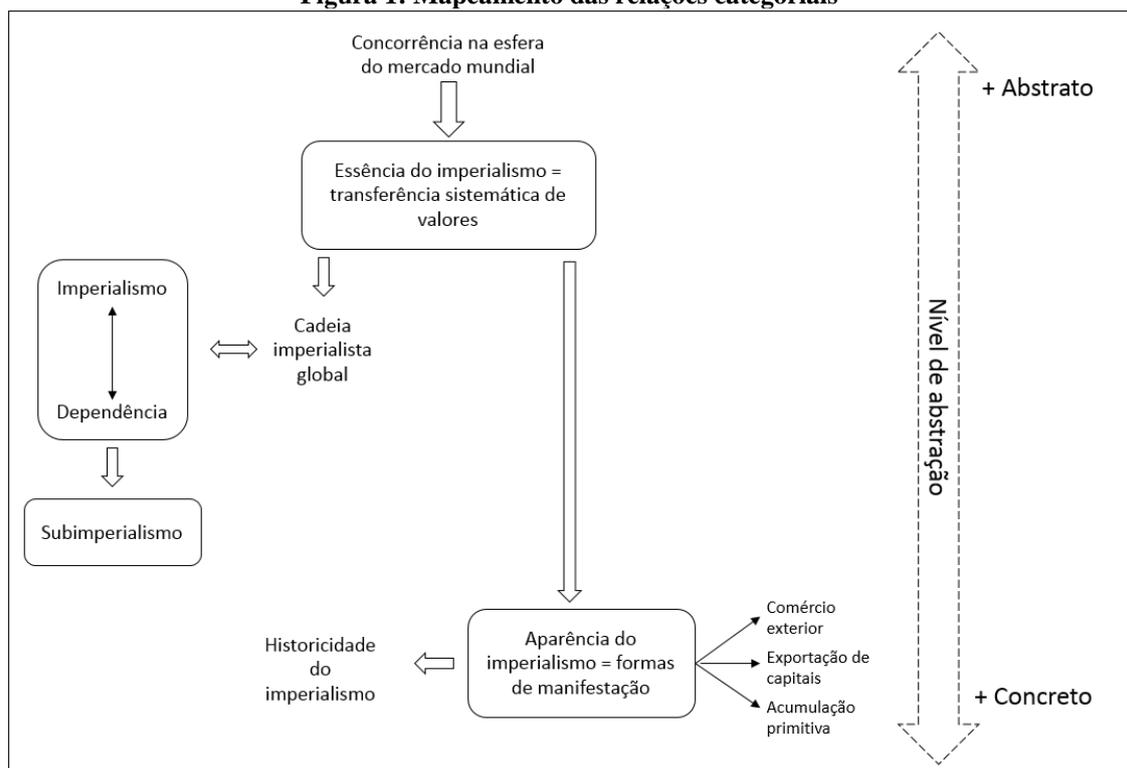
Argumentamos, até agora, que a concorrência entre capitais produtores de mesmo valor de uso conduz a um processo de transferência de valor caso eles possuam níveis diferentes de produtividade. Este processo, como já destacado na Introdução, corresponde a uma dentre outras modalidades possíveis de transferência de valor. O conjunto de todas elas corresponde ao que chamamos de determinação essencial do imperialismo. Um mapa das relações categoriais entre imperialismo, dependência e subimperialismo pode ser visto na figura abaixo.

As setas maiores indicam relações de determinação. No maior nível de abstração está a concorrência no mercado mundial. Para que ela seja capaz de determinar a essência do imperialismo, precisamos rebaixar um pouco o nível de abstração e considerar que os capitais concorrendo no mercado mundial devem ter diferentes níveis de produtividade: agora é possível definir a transferência de valor e, com ela, a essência do imperialismo.

A partir da essência podemos perceber dois encaminhamentos distintos. Por um lado, ela permite formular a existência de uma cadeia imperialista global (em função da posição exercida pelos capitais na transferência internacional de valor) que permite entender a relação entre imperialismo e dependência e, a partir daí, o subimperialismo.

O segundo encaminhamento possível a partir da essência é o entendimento das formas de manifestação do objeto (ou seja, sua aparência) que podem ser organizadas em três grandes grupos: comércio exterior, exportação de capitais (produtivos ou fictícios) e acumulação primitiva. Estamos sugerindo que, por exemplo, a teoria de Harvey (2003) do imperialismo pela via da acumulação por espoliação – ou acumulação primitiva contemporânea – refere-se a um aspecto da aparência do objeto. O mesmo pode ser dito da ênfase de Marini (2005) na troca desigual ou de Lenin (2011) e Rosa Luxemburgo (1976) nos investimentos no exterior: todos aspectos da aparência do imperialismo. A predominância histórica de um determinado conjunto de formas de manifestação em relação a outros é o que permite estabelecer uma historicidade do imperialismo com a divisão entre fases ou etapas ao longo do tempo.

Figura 1: Mapeamento das relações categoriais



Fonte: Leite (2014)

O subimperialismo, portanto, depende da existência de uma hierarquização global que situe imperialismo e dependência como dois polos opostos. Marini (1977) se referiu aos países subimperialistas como “centros medianos de acumulação”, cuja composição orgânica (ou produtividade) média deve estar em um patamar intermediário na integração hierarquizada dos centros de acumulação ou, em nossos termos, na cadeia imperialista global, de tal forma que permita aos capitais desses países replicar o processo de transferência de valor na concorrência com seus pares dependentes. Ou seja, é uma categoria subordinada e relativa. Subordinada pois só pode ser definida após a caracterização da cadeia imperialista global e especificamente após a caracterização dos dependentes. Relativa pois só é definido a partir da relação bilateral entre dois países ou entre um país e um grupo de países de acordo com os níveis de produtividade.

Além dessa caracterização baseada na produtividade média das economias dependentes, há um aspecto político que não pode escapar de nosso entendimento do subimperialismo. Como alertam Carcanholo e Saludjian (2013, p. 58), os países subimperialistas passam a exercer regionalmente uma “política expansionista relativamente autônoma frente ao capitalismo central”.

3.2. Mais-valor extra e subimperialismo

Se o subimperialismo pode ser entendido a partir de múltiplas modalidades de transferência de valor, o que há de especial com a modalidade específica de apropriação de mais-valor extra? Na América do Sul, por exemplo, o padrão regional de comércio exterior reproduz a divisão internacional do trabalho entre economias imperialistas e dependentes e, portanto, parece negar a relevância da concorrência intrassetorial:

“La economía brasileña se ha especializado en la exportación para el resto de América del Sur de productos con contenido tecnológico (principalmente de nivel medio), mientras que América del Sur se ha especializado en la exportación de productos primarios, ante todo en recursos naturales para la economía brasileña” (Carcanholo e Saludjian, 2013, p. 60).

A instigante análise de Carcanholo e Saludjian (2013) é útil para mostrar que, pelo padrão comercial intrarregional, o subimperialismo brasileiro se beneficia primordialmente da transferência de valor envolvendo mercadorias heterogêneas no intercâmbio desigual com seus vizinhos. Entretanto, a análise dos autores não contraria a existência de transferência de valor pela produção da mesma mercadoria, pois esta esfera não está incluída no escopo de sua pesquisa.

De fato, o processo recente de desindustrialização e reprimarização das economias latino-americanas sugere que a apropriação de mais-valor extra deva ser um elemento importante na caracterização do subimperialismo na região. Como Carcanholo e Saludjian (2013) destacam, as relações comerciais da América do Sul com o resto do mundo indicam a preponderância dos produtos primários na estrutura produtiva da região – processo agravado, precisamos destacar, a partir de meados dos anos 2000 pela “crescente sino-dependência da região” (p. 54). Além disso, como apontam Pinto e Cintra (2015), a estrutura produtiva concentrada e com baixa produtividade média da América Latina foi reforçada ao longo dos anos 2000 pelo *boom* das commodities. Relatório recente da Cepal aponta que há uma baixa diversidade nos tipos de produtos exportados pela América Latina – com destaque para petróleo, cobre, soja, carne, minério de ferro e açúcar (Cepal, 2015) –, o que reforça nossa hipótese acerca da importância da concorrência entre capitais produtores de mesmo tipo de mercadoria.

Havendo a possibilidade de migração de capitais internamente à região, o subimperialismo se manifestaria na formação dos valores internacionais desses poucos tipos de produtos exportados pela América Latina. Aqueles capitais mais produtivos produziriam a mercadoria com menor valor individual, isto é, contribuiriam com uma cota menor de valor para o montante total de valor produzido, e se apropriariam do mesmo *quantum* de valor dos demais – supondo que a norma de intercâmbio é o valor social. A diferença entre o valor apropriado e produzido pelos capitais mais produtivos equivale ao mais-valor extra e decorre, como destacamos na seção anterior deste trabalho, de valor transferido pelos capitais menos produtivos. Posta em termos regionais, esta

transferência de valor reforça as outras modalidades de transferência e permite caracterizar o subimperialismo. Os países que abrigam os capitais mais produtivos são, obviamente, aqueles para onde se direciona o maior fluxo de valor.

4. Considerações Finais

Este trabalho integra uma agenda de pesquisa na qual esperamos vincular a teoria do valor de Marx, especificamente sua teoria da concorrência, com o imperialismo. Trabalhamos com a hipótese de que a distinção dialética entre produção e apropriação de valores é a ponte teórica entre a lei do valor e a essência do imperialismo. Nosso objetivo mais amplo é mapear todas as condições de realização daquela disjuntiva produção-apropriação que são, ao mesmo tempo, possibilidades de realização do imperialismo, e é nesse marco teórico que se insere este trabalho.

Defendemos a hipótese de que no interior de um determinado ramo de produção há transferência de valor entre capitais mediada pelos distintos níveis de produtividade. Sustentamos que o *quantum* de trabalho abstrato cristalizado em cada mercadoria singular depende do nível de produtividade ao qual o processo de trabalho foi executado. Os processos de trabalho individuais se traduzem em diferentes processos de valorização tendo como resultado a existência de tantos valores individuais para um determinado valor de uso quanto maiores as diversidades em termos de produtividade. É certo que apesar da existência de distintos modos de produção de cada mercadoria, ela está rotulada sempre com um único valor: o valor social. Cria-se uma distinção lógica entre o valor produzido (individual) e o valor apropriado (social) por cada capital.

A disjuntiva produção-apropriação é resolvida quando supomos que o ramo de produção em questão possui composição orgânica média e, com isso, podemos considerar que o valor total produzido pelo ramo deve ser apropriado por ele mesmo. Neste caso, o mais-valor extra recebido pelos capitais mais produtivos só pode ser resultado, como tentamos mostrar neste trabalho, da transferência de valor. R. Carcanholo (2013, p. 107) resume esse ponto da seguinte forma: o aumento de produtividade, tudo o mais constante, “pode permitir, para um capital individual, para uma região ou para um país, a possibilidade de uma maior apropriação de valor” (p. 107).

Um país, mediado pelos capitais operando sob seu território econômico, pode se apropriar de valor produzido em outros lugares. Trata-se de uma possibilidade de realização do imperialismo. Ademais, trazendo a questão para o polo dependente do mercado mundial e considerando o fato da especialização produtiva na América Latina, essa transferência de valor intrassetorial reforça a possibilidade de realização do subimperialismo.

Uma dificuldade que permeia nossa análise refere-se ao problema dos níveis de abstração. Como se sabe, a exposição de Marx desenvolve-se do mais abstrato ao mais concreto passando pela introdução paulatina de novas categorias. Devemos estar atentos pois a sobreposição inadvertida dos níveis de abstração pode inviabilizar toda a análise teórica⁸. Estamos trabalhando com um par de categorias, produção e apropriação, dialeticamente opostas que oscilam da essência para a aparência da sociedade capitalista, ou, em outros termos, do nível dos valores para o nível dos preços de mercado (R. Carcanholo, 2003, p. 83-5). A partir da constatação de que o capitalismo se articula entre um modo de produção e outro modo de apropriação, estamos tentando entender um segundo par de categorias subordinado ao primeiro: essência e aparência do imperialismo.

Como uma conformação subsumida ao capitalismo, o imperialismo corta-o transversalmente. Precisamos sobrepor uma concepção usualmente aceita no marxismo, de acordo com a qual o projeto de Marx era escrever seis livros e apenas no último o tema do mercado mundial seria analisado. Nesta concepção equivocada, conforme a demonstração de Pradella (2015), os três livros d'O Capital a que temos acesso estariam construídos sobre a base de uma economia nacional fechada. Estamos de acordo com a posição de Pradella (2015) e Callinicos (2014), para os quais o projeto original de Marx de seis livros foi abandonado conscientemente pelo autor refletindo-se na supressão da análise do capital em geral. Com isso, o nível de abstração desde o Livro I d'O Capital incorpora o mercado mundial como a totalidade das relações de troca capitalistas⁹. Sendo assim, é cabível, sem sobrepor inadvertidamente níveis de abstração, utilizar categorias do Livro I para demonstrar a possibilidade de fenômenos próprios do mercado mundial, como o imperialismo. É isso o que tentamos fazer ao consolidar a tese da apropriação de mais-valor extra via transferência de valor.

⁸ Esse foi um erro comum da chamada teoria marxista clássica do imperialismo, como alerta Correa (2012).

⁹ Isso permitiu a Pradella (2015) caracterizar a lei geral da acumulação capitalista como uma lei de operação global. Com base na sua original contribuição, a pauperização e a polarização social contida na lei geral é um processo de abrangência mundial.

Referências

- BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 33, 2011. 83-104.
- CALLINICOS, A. **Deciphering Capital: Marx's Capital and its destiny**. London: Bookmarks Publications, 2014.
- CARCANHOLO, M. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, jan-abr 2013. 191-205.
- CARCANHOLO, R. Sobre a ilusória origem da mais-valia. **Crítica Marxista (São Paulo)**, 2003. 76-95.
- CARCANHOLO, R. A mais-valia extra. In: CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência** (vol. 2). São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 103-118.
- CARCHEDI, G. **Frontiers of political economy**. London: Verso, 1991.
- CEPAL. **Boletín Estadístico Número 18: comercio exterior de bienes en America Latina y el Caribe**. Santiago de Chile. 2015.
- CIPOLLA, F. P. Valor de mercado, preço de mercado e o conceito de mais valia extraordinária. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 12, junho 2003. 87-106.
- CORRÊA, H. **Teorias do Imperialismo no Século XXI: (in)adequações do debate no marxismo**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Economia. Niterói, p. 247. 2012.
- EMMANUEL, A. **L'échange inégal**. Paris: Maspero, 1969.
- HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003. 201 p.
- ITOH, M. **Value and Crisis. Essays on Marxian Economics in Japan**. Nova York e Londres: Monthly Review Press, 1980.
- LEITE, L. **Transferência de valor no nível da concorrência intrasectorial: fundamentos da distinção entre valor social e valor individual**. Anais do XX Encontro Nacional de Economia Política. Foz do Iguaçu: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP). 2015.
- LEITE, L. M. **Imperialismo, dependência e subimperialismo: mapeando as relações categoriais**. Mimeo. Ensaio participante do I Prêmio Reinaldo Carcanholo da Sociedade Latinoamericana de Economia Política (SEPLA). [S.l.]. 2014.
- LENIN, V. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas (SP): FE/Unicamp, 2011.
- LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos; Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 416 p.
- MARINI, R. M. La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 12, 1977.

MARINI, R. M. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México, n. 20, 1979. p. 18-39.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.

PINTO, E. C.; CINTRA, M. **América Latina e China: limites econômicos e políticos ao desenvolvimento**. Mimeo. Seminário PPGE/UFF. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0B1-s9NilGa8wT3U1SjBIckFZSGs/view?usp=sharing>. Niterói, RJ. 2015.

PRADELLA, L. **Globalisation and the Critique of Political Economy: new insights from Marx's writings**. London: Routledge, 2015.

PRADO, E. Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, junho 2013. p. 129-152.

RUBIN, I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.